



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 6ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 10/5/2012

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

José Henrique - Inácio Franco - Jayro Lessa - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Pompílio Canavez - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Zé Maia.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 15, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 15/5/2012.).

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2012

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Inexistência de quórum para votação – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.060/2012; discurso do Deputado Antônio Júlio; questões de ordem - Inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Dilzon Melo - Jayro Lessa - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Hely Tarquínio - João Leite - Juninho Araújo -



Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta.

2ª Fase

O Sr. Presidente - A Presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BNDES e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, estamos aqui hoje à noite para discutir um projeto da maior importância para Minas Gerais. Deveríamos ter aqui uma presença de pelo menos mais de 50% dos Srs. Deputados, porque estamos aprovando, tentando aprovar ou discutir um projeto em que o governo do Estado pede mais um monte de dinheiro emprestado para endividar mais ainda o já endividado Estado de Minas Gerais. Estamos aqui estudando um projeto de lei em que o governo pede mais R\$2.449.000.000,00 apenas nesse projeto ao BNDES. E temos de entender que a Assembleia Legislativa de Minas faz hoje um grande movimento em nível nacional sobre o endividamento de Minas Gerais. Minas Gerais vendeu para todo o Brasil o déficit zero e o choque de gestão, vendeu a excelência da administração pública, mas apresenta, de um momento para outro, uma dívida de R\$70.000.000.000,00, em que pagamos R\$400.000.000,00 por mês e, agora, pede mais um empréstimo de R\$2.449.000.000,00. Esse é somente um empréstimo, porque ainda temos mais dois em outros dois projetos.

O que me deixa mais encabulado é que o governo faz essa confusão. Estamos fazendo ou a Assembleia está fazendo um “marketing” para o governo do Estado. A Assembleia Legislativa está tentando encobrir a incompetência do governo. A Assembleia assumiu esse papel dizendo que os juros estão altos, mas não se discute a dívida, quem a fez. Estamos aprovando aqui mais uma dívida de R\$2.400.000.000,00, Deputado Sávio Souza Cruz. Esqueceram de dizer que a dívida era de R\$14.800.000.000,00. No governo Aécio, que vendeu o choque de gestão e a excelência da administração pública, ela estava em R\$28.000.000.000,00. O Itamar reclamava disso. E hoje ela está em R\$70.000.000.000,00, fora esses empréstimos que estamos autorizando aqui hoje.

O que me deixa mais encabulado é o governo e a própria Assembleia Legislativa não discutirem os juros. Ninguém quer discutir os juros porque ninguém sabe a origem da dívida. Eles têm medo de enfrentar o conteúdo da dívida porque não sabem o que aconteceu lá atrás, quais foram as falcatruas que aconteceram na composição dessa dívida. Então, isso me deixa às vezes um pouco intrigado, porque estamos aprovando um empréstimo de juros de 1,57% ao ano. Estamos pagando ao governo federal 7,5%. Temos de fazer cobranças à Presidenta Dilma, e o que me deixa mais triste é que em Minas não temos políticos. Não temos representação no Congresso Nacional e muito menos no Senado, porque o Governador Aécio Neves não tem autoridade para discutir dívida de Minas Gerais. Ele vendeu para o Brasil, vendeu para o Congresso Nacional, vendeu para o Senado o déficit zero. Como temos um déficit zero em que se devem R\$70.000.000.000,00, pagam-se R\$400.000.000,00 de juros e ainda se está pedindo mais R\$4.000.000.000,00 de empréstimos, o que deveremos discutir esta noite?

Então, isso nos deixa preocupados, a falta de políticos que defendam os interesses de Minas Gerais no Senado. Hoje disse isso a Clésio Andrade. Disse: “Clésio, você deve mostrar que é Senador, já que os outros não têm capacidade para enfrentar essa discussão na esfera nacional, até por desconhecimento da composição da dívida de Minas Gerais”. Cada dia que passa, Minas está mais endividada. Minas está quebrada, Minas está com um problema na área da educação, Minas está com um problema na área de segurança pública. Até apresentamos um requerimento dizendo que precisaríamos discutir na Assembleia a desintegração da polícia de Minas Gerais. Precisamos, sim, discutir isso, não é só ficar na omissão e na submissão nas quais se encontra hoje o Parlamento mineiro.

Temos de enfrentar os problemas que afligem a todos nós, os problemas que afligem não só a nós, que fazemos oposição. A própria base do governo está preocupada porque ficar encobrindo essas despesas e esse endividamento excessivo de Minas Gerais vai pegar a todos nós.

O governo endividado não é endividado só para a Oposição, mas também para a Situação. Chegará a um momento em que não haverá como explicar esse endividamento, e nós estamos ajudando a endividar mais. Como eu dizia, no início da dívida eram



R\$14.800.000.000,00. Do governo do PSDB para cá nos endividamos mais R\$16.000.000.000,00, que é muito mais que a dívida originária, Deputado Sávio Souza Cruz.

E estamos fingindo que não está acontecendo nada. Estamos fingindo que está tudo bem. Estamos vendo as coisas acontecerem como se estivéssemos às mil maravilhas. Hoje pela manhã vi alguns Deputados elogiarem a queda do Anastasia nas pesquisas como se aquilo fosse algo normal. Eles estão querendo dar uma nova conotação às pesquisas, dizendo que está tudo bem. Está mal. O povo já está reconhecendo que não temos governo em Minas Gerais. Não temos gestão de Minas Gerais, o que temos aqui é um comitê eleitoral para a campanha à Presidência da República. Esqueceram de governar Minas Gerais. Não temos Governador, infelizmente. Não temos quem fale em nome de Minas Gerais, não temos um político que bata a mão na mesa e reclame dos interesses de Minas Gerais, principalmente nessa agiotagem do Banco Central em cima do povo de Minas.

Então, isso nos deixa tristes. Tenho dito isso e falado com muita tranquilidade: governo ruim, governo incompetente, governo endividado é ruim para todos nós, é ruim para qualquer situação. Queremos um governo competente, um governo com menos dívida, um governo que saiba realmente aplicar seus recursos, que não viva apenas de publicidade. Infelizmente, o Plenário está um pouco vazio, mas quero perguntar: vocês viram, de uns 10 dias para cá, a quantidade de propaganda do governo estadual? Para encobrir o quê? Encobrir a incompetência? Encobrir que o governo não funciona? O que eles querem encobrir?

Deputado Rogério Correia, ficamos um pouco preocupados com o que estamos aprovando. Infelizmente, a base do governo saiu porque não gostam de discurso que incomoda o governo, porque o endividamento de Minas Gerais é uma coisa que não tem defesa. Estou levantando essas questões porque vejo que não temos ninguém capacitado para fazer essa discussão do endividamento de Minas, Deputado Sávio Souza Cruz. Mas temos gente capacitada para bater palmas para o empréstimo, para dizer: “O empréstimo é para fazer o Caminhos de Minas, o empréstimo é para isso, o empréstimo é para aquilo.” E nada está acontecendo.

Talvez, o empréstimo seja para fazer caixa de campanha do ex-Governador para a Presidência da República. Hoje, em Minas Gerais, fala-se apenas da possibilidade do ex-Governador Aécio Neves disputar a Presidência da República. E o Prof. Anastasia não está nem aí para Minas Gerais. Não temos segurança pública em Minas Gerais. Ou vão dizer que tem? Ou vão dizer que Minas Gerais não tem mais de três homicídios por dia somente na Região Metropolitana? Isso significa mais de 90 por mês. Ou será que estamos fingindo? Hoje houve 6 crimes de saídas de banco. Onde está a polícia nas ruas? Onde está a polícia para defender o cidadão? Não tem, porque não temos governo. Não tem, porque não temos governo. Não tem, porque não temos governo. Vou repetir isso várias vezes. Não temos comando, cada Secretário decide da forma que quer, o governo não tem mais direção, não sabe o que quer nem aonde quer chegar. Ah, sabe, sim, estou cometendo um equívoco. Ele quer usar toda infraestrutura do governo para viabilizar a campanha e a candidatura do ex-Governador Aécio Neves. E é legítima, mas ele não precisava explorar Minas Gerais, usando do poder público e do dinheiro público para atingir seus objetivos. Ele é uma pessoa carismática, é o político mais conhecido, até porque foi Governador por oito anos, até porque endividou Minas Gerais, até porque quebrou Minas Gerais.

Então ele é o mais conhecido. Então, ele não precisaria ficar fazendo esse gasto excessivo de propaganda, enquanto os postos de saúde estão arrebitados, assim como os hospitais. Inventaram um tal de SUS Fácil, mas fácil deve ser para aqueles que estão no comando, porque detêm o dinheiro do serviço público. É isso que nos preocupa. Estamos aprovando mais endividamento, e Minas está quebrada, Minas está falida. Minas está falida, Minas deve R\$70.000.000.000,00, e pagamos R\$400.000.000,00 de juros por mês. Isso representa mais do que se investe na saúde. Investimos 12% na saúde, com todas as falcaturas orçamentárias e contábeis que o governo arranja. E pagamos 13% da nossa receita de juros, e ainda ficamos devendo mais um monte, porque não conseguem os 13% nem conseguem pagar o serviço da dívida.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte)* – Nobre Deputado Antônio Júlio, quero parabenizar V. Exa., que traz um tema muito importante para debatermos. Ao discutir esse projeto, em que o governo se propõe a endividar o Estado ainda mais, requeremos desta Casa um aprofundamento, de fato, a partir da fala de V. Exa.

Questões de Ordem

O Deputado Ulysses Gomes - Pela importância, pela profundidade e pela explanação de V. Exa., gostaria de solicitar que o Presidente fizesse a recomposição de quórum, diante desse cenário. V. Exa. ainda tem 18 minutos, e podemos continuar esse debate em outro dia. Que possamos continuar a ouvi-lo em outro momento, nobre Deputado.

O Deputado Antônio Júlio – Sr. Presidente, vou aceitar as considerações do Deputado Ulysses Gomes, pois esse discurso realmente esvaziou o Plenário, e eu sei que o discurso está incomodando. Então, como quero falar para o Plenário cheio, solicito o encerramento da reunião por falta de quórum, e que se resguarde o meu tempo restante de 17 minutos e 26 segundos.

O Sr. Presidente – É regimental. A Presidência irá conceder, na próxima reunião, o tempo restante. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei de nº 2.915/2012, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 9, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, EM 22/3/2012

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Duarte Bechir e Sebastião Costa (substituindo, respectivamente, os Deputados Zé Maia e Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sebastião Costa em que solicita seja prorrogado o prazo desta Comissão para a conclusão dos trabalhos; e Duarte Bechir, Délio Malheiros e Sebastião Costa em que solicitam seja realizada visita ao Senador Eduardo Braga, Líder do Governo no Senado Federal, para debater as ações voltadas para a renegociação da dívida pública dos Estados com a União. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2012.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente – Bonifácio Mourão – Délio Malheiros – Duarte Bechir

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/5/2012

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre as solicitações de autorização de operações de crédito, em especial o Projeto de Lei nº 3.062/2012, e a apreciar a matéria constante na pauta. A Presidência suspende os trabalhos. São reabertos os trabalhos com a presença da Deputada Rosângela Reis e dos Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, Luiz Henrique, André Quintão, Glaycon Franco e Gustavo Valadares. Está presente também o Deputado Antônio Júlio. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Eduardo Codo, Subsecretário do Tesouro Estadual, e Magno Simões de Brito, Diretor de Gestão da Dívida Pública, representando o Secretário de Estado de Fazenda, Leonardo Maurício Colombini Lima, e a Sra. Gabriela Nair Figueiredo Noronha Pinto, Diretora Central de Avaliação de Projetos e Captação de Recursos, representando a Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Renata Maria Paes de Vilhena, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado André Quintão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.096/2012 (Deputado Luiz Henrique); 3.089 e 3.098/2012 (Deputado Glaycon Franco); e 3.097/2012 (Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado o requerimento do Deputado Luiz Henrique em que solicita seja alterada a 1ª fase da Ordem do Dia, de modo que o Projeto de Lei nº 3.086/2012 seja apreciado em 5º lugar. O Projeto de Lei nº 697/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Luiz Henrique, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.017/2012 (relator: Deputado André Quintão). Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.062/2012, o relator, Deputado Sebastião Costa, retira o parecer lido anteriormente e passa a proferir o outro parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 e 2. Submetido a discussão e a votação, é aprovado o parecer. Retiram-se do recinto os Deputados Gustavo Valadares e Bruno Siqueira. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.060/2012 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gustavo Valadares – parecer lido pelo Deputado Glaycon Franco); 3.061 com a Emenda nº 1 e 3.086/2012 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira - o 1º parecer lido pela Deputada Rosângela Reis e o 2º pelo Deputado Sebastião Costa); Projeto de Lei Complementar nº 24/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa – registra-se o voto em branco do Deputado André Quintão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.125/2011 (relator: Deputado André Quintão) e 1.814/2012 (relator: Deputado Gustavo Valadares – parecer lido pelo Deputado Sebastião Costa). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.058 e 1.122/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa. São convertidos em diligência à Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais – Hemominas – o Projeto de Lei nº 1.815/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); à Secretaria de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 1.920/2012; e à Seplog e ao Prefeito Municipal de Serra do Salitre o Projeto de Lei nº 3.071/2012 (relator: Deputado Bruno Siqueira- requerimentos lidos pelo Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 435 e 2.766/2012, este com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 2.552/2011 com a Emenda nº 1, 3.023, 3.054, 3.075/2012 (relator: Deputado Bruno Siqueira - pareceres lidos pelo Deputado André Quintão); 3.024, 3.026 com a Emenda nº 1 e 3.080/2012 (relator: Deputado Luiz Henrique – pareceres lidos pelo Deputado Sebastião Costa); 3.039 e 3.076/2012 (relator: Deputado Glaycon Franco). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência



ao autor os Projetos de Lei nºs 3.047 e 3.051/2012; e ao Secretário de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 3.068/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão que encaminhe à esta Comissão informação sobre os trechos de rodovia abrangidos pelas Ações do Caminhos de Minas nos anos de 2012 e 2013. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2012.

Sebastião Costa, Presidente – André Quintão – Glaycon Franco – Luiz Henrique – Rosângela Reis.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/5/2012

Às 14h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Duarte Bechir e Lafayette de Andrada (substituindo, respectivamente, os Deputados Zé Maia e João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado) e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do Bloco Avança Minas), membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Rômulo Viegas e João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo” de 26/4/2012: ofícios das Sras. Ivanilde Nascimento de Castro, Coordenadora-Geral de Execução Orçamentária e Financeira do Ministério da Cultura, e Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e dos Srs. Marcos Alberto Barbosa de Carvalho, Chefe da Divisão de Convênios do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Marx Fernandes dos Santos, Superintendente Regional da CEF (7); e Rufino Correia Santos Filho, Diretor de Programa da Secretaria de Políticas para as mulheres; e cartão do Sr. Toninho Pinheiro, Deputado Federal. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.344/2011 (Deputado Antônio Júlio); 3.056 e 3.058/2012 (Deputado Gustavo Perrella); 3.033 e 3.057/2012 (Deputado João Vítor Xavier) no 1º turno; e 568 e 1.561/2011 e 2.731 e 2.856/2012 (Deputado Romel Anízio); 1.667 e 2.056/2011 (Deputado Antônio Júlio); 2.169/2011 (Deputado Ulysses Gomes); 2.196 e 2.729/2011 e 2.907/2012 (Deputado João Vítor Xavier); 2.730/2012 (Deputado Gustavo Perrella) e 2.782/2012 (Deputado Doutor Viana) no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.667/2011 (relator: Deputado Antônio Júlio); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.060/2012 (relator: Deputado Lafayette de Andrada) e 3.061/2012 (relator: Deputado Duarte Bechir) com as Emendas nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 3.062 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Rômulo Viegas). O Deputado Duarte Bechir retira-se da reunião. Registra-se a presença do Deputado João Vítor Xavier. A seguir, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 104/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator: Deputado Doutor Viana), e 2.499/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado João Vítor Xavier). O Projeto de Lei nº 1.859/2011 é convertido em diligência à Polícia Civil e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. O Projeto de Lei nº 490/2011 é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento dos Deputados João Leite, Lafayette de Andrada, Rômulo Viegas e Sebastião Costa em que solicitam seja realizada reunião para debater a discriminação, pelo Governo Federal, de Municípios mineiros no recebimento de repasses financeiros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2012.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Doutor Viana - Gustavo Perrella - Romel Anízio - Ulysses Gomes.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/5/2012

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Antônio Júlio e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Luiz Henrique, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 56, 282 e 1.551/2011, 2.785, 2.786, 2.799, 2.813 e 2.824/2012 (Deputado Rômulo Viegas); 2.843, 2.845, 2.857, 2.872, 2.891, 2.903, 2.906 e 2.939/2012 (Deputado Antônio Júlio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 56, 282 e 1.551/2011, 2.785, 2.786, 2.799, 2.813, 2.824, 2.843, 2.845, 2.857, 2.872, 2.891, 2.903, 2.906 e 2.939/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência

agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Tiago Ulisses - Duarte Bechir.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/5/2012

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Carlos Henrique, Duarte Bechir (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR) e Duílio de Castro (substituindo o Deputado Doutor Viana, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada visita desta Comissão às instalações da Central Termoelétrica recentemente inaugurada na Estação de Tratamento de Esgoto Arrudas, localizada em Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer a sua estrutura e seu funcionamento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2012.

Sávio Souza Cruz, Presidente – Tiago Ulisses – Lafayette de Andrada.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis (substituindo o Deputado Anselmo José Domingos, por indicação da Liderança do Avanço Minas) e os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Antônio Carlos Arantes, Doutor Viana, Deiró Marra e Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III, do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o transporte rodoviário intermunicipal de veículos cooperativados, sem vínculo de transporte público, em vista de coibição da atual legislação. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Edson Aires dos Anjos, engenheiro, representando o Sr. Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do DNIT-MG; Lindberg Ribeiro Garcia, Presidente do Conselho de Transporte da Setop, representando o Sr. Carlos Melles, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Lucas Diz Simões, Defensor Público do Núcleo de Direitos Humanos, representando a Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Edilson Salatiel Lopes, Assessor da Diretoria de Fiscalização, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Evaldo Moreira de Matos, Conselheiro Fiscal da Ocemg e Presidente da Fetransporte, e Luiz Gustavo Saraiva, advogado da Ocemg, representando o Sr. Ronaldo Ernesto Scucato, Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais; Filipe Araújo Brito, advogado, representando o Sr. José Gregório de Paula, Presidente da Cooperativa de Motoristas com Veículos Ltda.; Ricardo Luiz Faedda, Diretor-Tesoureiro do Sincavir-MG; e Valdemon Belo Faustino, Diretor-Presidente da Coopervip, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Coronel Fabriciano para debater a instalação do Centro Administrativo da Região Metropolitana do Vale do Aço. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2012.

Luzia Ferreira, Presidente.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2012, às 9h30min, na Câmara Municipal de



Guanhães, com a finalidade de discutir as condições precárias em que se encontram a infraestrutura da segurança pública e o efetivo da Polícia Militar em todo o Município e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2012.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Luiz Carlos Miranda e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2012, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2012, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno sobre emendas apresentadas em Plenário aos Projetos de Lei nºs 3.060, 3.061 e 3.062/2012, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2012.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Pompílio Canavez, Glaycon Franco, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião com convidados, a ser realizada em 14/5/2012, às 19 horas, na Escola Municipal Vereador Maurício Pacheco, em São José da Lapa, com a finalidade de debater, em audiência pública, a insuficiência do abastecimento de água nesse Município; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2012.

Almir Paraca, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Mosconi, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 15/5/2012, às 10 horas, no Salão de Convenções do Sesc, no Município de Montes Claros, com a finalidade de debater estratégias para a interiorização do Sistema Nacional de Cultura em Minas Gerais, em parceria com a Representação Regional Minas Gerais do Ministério da Cultura, com a Secretaria de Estado da Cultura e com o Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2012.

Elismar Prado, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Mosconi, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2012, às 15 horas, no Salão do Centro de Convenções da Cidade dos Meninos São Vicente de Paulo, no Município de Ribeirão das Neves, com a finalidade de discutir a implementação da Lei Federal nº 11.769, de 18 de agosto de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2012.

Elismar Prado, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.927/2011****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do Deputado Dinis Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Liga Esportiva do Município de Contagem, com sede no Município de Contagem.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.927/2011 pretende declarar de utilidade pública a Liga Esportiva do Município de Contagem, com sede nesse Município. Trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1958, que tem por escopo a difusão do civismo e da cultura física, especialmente do futebol.

A instituição incentiva a prática de esportes especializados, inclusive o futebol amador, e participa de competições esportivas, sempre zelando pelo cumprimento da legislação desportiva vigente.

A prática de atividades físicas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade ao dirimir conflitos e consolidar valores.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o nome da entidade ao consubstanciado no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Liga Esportiva do Município de Contagem, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.927/2011 em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2012.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.791/2012**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude****Relatório**

De autoria do Deputado Antonio Lerin, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Atlética Juventude, com sede no Município de Formiga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.791/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Atlética Juventude, com sede no Município de Formiga. Trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a difusão do civismo e da cultura física, além da promoção de atividades sociais e culturais.

A instituição incentiva a prática de esportes especializados, inclusive o futebol amador masculino e feminino, e participa de competições esportivas, sempre zelando pelo cumprimento da legislação desportiva vigente.

Cabe ressaltar que a prática de atividades físicas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, quando os jovens estão sujeitos a problemas psicológicos e podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Atlética Juventude, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.791/2012 em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2012.

Gustavo Perrella, relator.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

- de congratulações com o Sr. José Fernando Coura por sua eleição para o cargo de Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Requerimento nº 2.749/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de aplauso ao Sr. Carlos Guimarães Coelho pelo lançamento do livro "Crônicas do Interior - Retrato de Minas" (Requerimento nº 2.841/2012, da Deputada Liza Prado);
- de congratulações com a Sra. Eliana Zagui pelo lançamento do livro "Pulmão de Aço - Uma Vida no Maior Hospital do Brasil" (Requerimento nº 2.889/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de aplauso à Comunidade Católica Palavra Viva pelos 17 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.891/2012, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais pelo Dia do Contabilista (Requerimento nº 2.920/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a Associação dos Exatores do Estado de Minas Gerais pelos 60 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.946/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a Sra. Maria Emília Pacheco por ser a primeira mulher a tomar posse como Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Requerimento nº 2.952/2012, do Deputado Adelmo Carneiro Leão);
- de congratulações com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime-MG - pela realização do I Seminário Internacional Undime-MG, de 10 a 12/4/2012 (Requerimento nº 2.953/2012, do Deputado Bosco);
- de congratulações com o Sr. Nárccio Rodrigues da Silveira, Secretário de Ciência e Tecnologia, pela instalação da 59ª Reunião do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, em 16/4/2012, na qual ocorreu a posse de Conselheiros e a implantação efetiva das atividades desse Conselho (Requerimento nº 2.954/2012, do Deputado Bosco);
- de apoio às Propostas de Emenda à Constituição nºs 454/2009 e 74/2011 a ser encaminhada aos Deputados Federais e Senadores por Minas Gerais, aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e aos Deputados Federais Mendonça Prado e Ronaldo Caiado manifestação (Requerimento nº 2.955/2012, do Deputado Luiz Henrique);
- de aplauso aos policiais militares 1º-Sgt. PM Jamerson Vieira Cruz, Cb PM Alexandre Viana Ferreira, Cb PM Rodrigo Concesso da Silva e Sd. 1ª Classe PM André Chaves da Silva, lotados na 1ª Cia. Rotam da PMMG, pela atuação em operação no Bairro São Mateus, em Contagem, que culminou na apreensão de um colete balístico e de um vasto arsenal de drogas ilícitas (Requerimento nº 2.968/2012, da Comissão de Segurança Pública);
- de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 18ª Cia. PM Especial, na Cia. PM Independente com Cães e na 2ª Cia. Rotam da PM pela atuação em operação no Bairro Jardim Felicidade, nesta Capital, que culminou na apreensão de um vasto arsenal de drogas ilícitas e da quantia de R\$2.133,00 (Requerimento nº 2.969/2012, da Comissão de Segurança Pública);
- de aplauso ao Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública pela publicação do manifesto "Em Defesa da História, dos Direitos Humanos e da Proibidade Administrativa" (Requerimento nº 2.993/2012, da Comissão de Direitos Humanos).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/5/2012

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, telespectadores da TV Assembleia de todo o Estado de Minas Gerais. Gostaria de variar um pouco o tema que me tem trazido à tribuna, sempre me ocupando das questões da saúde em nosso Estado e no País. Mas sinto dificuldade porque os problemas vão-se agravando e se avolumando a todo momento, e não há como fugir do tema.

No entanto, quero fazer uma observação. Há pouco, conversava com o Deputado Antônio Carlos Arantes a respeito do problema do café no Brasil. O café, que esteve em uma situação bem razoável nos últimos dois ou três anos, com o preço correto, agora, avizinhandose uma safra muito grande no País, sofre uma queda expressiva, trazendo grande preocupação para o setor em toda Minas Gerais, especialmente no Sul de Minas, que é o grande produtor de café do Estado e do Brasil, uma vez que a cultura foi implantada ali há décadas, sendo de enorme tradição econômica na região. Portanto, vemos com preocupação o fato.

Louvamos a iniciativa do governo do Estado de criar o Fundo Mineiro do Café, para, naturalmente, fazer frente a questões de dificuldade, a questões de ordem econômica e financeira – o que ainda não é o caso -, assim como para investimento em pesquisa e em iniciativas que se traduzam em melhorias para o setor do café em Minas Gerais.

O que é louvável, meu caro Presidente, nessa iniciativa do governo mineiro é que pela primeira vez ele avocou a si a responsabilidade de também participar ativamente da formulação de uma política de café para o País. Essa era uma tarefa apenas do governo federal, que tem lá suas dificuldades e seus problemas. De fato, Minas ficava acompanhando tudo com muito interesse, mas não entrava na questão. Agora Minas quase avoca para si a responsabilidade da formulação e de ações bem expressivas e fortes para a política do café, fato extremamente louvável.



Sr. Presidente, não posso deixar de falar sobre a saúde. Hoje vi uma manchete estampada nos jornais de Belo Horizonte sobre um assunto noticiado no Brasil inteiro. Especificamente sobre Belo Horizonte, nossa Capital, foi feita uma pesquisa. O jornal “Hoje em Dia”, em sua primeira página, estampa a notícia de que, para 45,9% da população belo-horizontina, saúde representa o problema número um. Depois vem, com 14%, a segurança. Em seguida aparecem a educação, o transporte, etc. A saúde ganha “de goleada” de todos os demais setores.

Outra manchete: “Saúde pública na UTI”. Temos outra: “Saúde de BH vai mal”. Não só a saúde de Belo Horizonte vai mal. Podemos substituir BH por Minas Gerais ou Brasil. A saúde do Brasil vai muito mal.

Sr. Presidente, lamento essa situação. Manifesto minha incompreensão pela atitude do governo federal de não contribuir de maneira mais expressiva com recursos financeiros para o financiamento da saúde em nosso país. Temos problema de financiamento, que é absolutamente precário e cujo valor é muito menor que o de vários países da própria América do Sul. O financiamento da saúde no Brasil é menor que a média dos países africanos.

Então, Sr. Presidente, gostaria de pelo menos trazer-lhes algumas notícias que talvez mudassem esse panorama. Informo também, só para lembrar-lhes, que a saúde este ano sofreu corte dos 10% que caberiam ao governo na regulamentação da Emenda nº 29. Esse percentual foi tirado do projeto. Além disso, o orçamento da União sofreu este ano um corte de R\$55.000.000.000,00. O maior corte foi para a saúde: R\$5.500.000.000,00. Não tivemos os 10% da Emenda nº 29 e ainda sofremos corte de tão significativo valor. Como a saúde vai ficar?

Vêm depois outros cortes, como o da educação. A educação sofreu corte expressivo de R\$2.000.000.000,00.

Há mais, Sr. Presidente. Não consigo entender o que significam transferências federais por unidades da Federação. Os dados são do SUS, do Datasus, do Ministério da Saúde. Tais dados não são antigos, são de 2009. Minas Gerais ocupa o 18º lugar na transferência “per capita” do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais de Saúde. Qual foi o critério adotado? Já acionamos o Ministério da Saúde. A Comissão de Saúde tentou marcar uma audiência com o Ministro. Não conseguimos marcá-la, não obtivemos resposta.

Isso é inexplicável, e gostaria de saber qual a razão disso. Porque há vários Estados mais pobres que recebem mais do que Minas Gerais. Tudo bem. Mas também há vários Estados mais ricos que recebem muito mais do que Minas Gerais. Então, qual é o critério? Eu gostaria de saber, mas não consigo. Já fizemos e levamos essa reclamação, isso não é mais novidade, mas não há mudança nenhuma. Sr. Presidente, só para termos uma ideia, se recebêssemos a mesma “per capita” da Bahia, Minas Gerais faria jus a mais R\$320.000.000,00 por ano. Só isso. Se recebêssemos o que a Bahia recebe, “per capita”, seriam mais R\$320.000.000,00 por ano. Então, queria uma justificativa para isso, por quê? Espero que tal questão possa mudar. Acionaremos o Ministro novamente, e ele me parece uma pessoa receptiva, um homem experiente, que não tem a intenção de penalizar o Estado de Minas Gerais sem nenhuma razão. Já tomamos atitude na Comissão de Saúde e assim continuaremos, a fim de termos, pelo menos, um encaminhamento de solução para este problema.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Meu caro Mosconi, este é um assunto de extrema importância, e, toda vez que promovemos essa discussão aqui na Assembleia, nossas preocupações são muito parecidas. Hoje, sabemos que o governo federal se recusa a investir mais na saúde, mesmo se os indicadores mostram a sua necessidade. O Brasil, comparado aos colegas latino-americanos, é o país que menos investe em saúde - e ainda com um agravante: é o único país do mundo que tem um caráter constitucional, a saúde como um direito garantido a todos. O Brasil promete dar tudo a todos, mas com um investimento que não é capaz de dar quase nada a ninguém.

E um dos princípios fundamentais do SUS é a igualdade, a universalidade e a equidade. O que seria a equidade? É dar mais para quem mais precisa. Mas no Brasil fazemos o contrário, pois estamos dando menos a quem mais precisa. Hoje, as pessoas que mais dependem do SUS enfrentam filas em hospitais lotados e sucateados, para ter acesso a uma saúde que hoje é cada vez mais cara, devido à alta tecnologia que tem que ser incorporada à medicina para cuidar bem da saúde do brasileiro. Há ainda outro agravante no caso do Brasil. O Brasil é um dos países que mais tem carga tributária: 39% do PIB são impostos pagos pelos brasileiros. E investimos apenas 4% dos impostos em saúde, e, de toda a carga tributária, são investidos apenas 8%. A média mundial de investimentos é de 16%, 17%. Então, o Brasil investe metade do que deveria, enquanto deveríamos investir mais porque pagamos mais impostos. Não cumprimos nosso dever com a saúde. Sabemos que hoje saúde é uma das principais preocupações da população brasileira.

O Deputado Carlos Mosconi* - Agradeço muito o aparte de V. Exa., Deputado Doutor Wilson Batista, que o fez de maneira apropriada e procedente, porque V. Exa. milita na saúde, é um médico ativo ainda, quando tem tempo para isso. V. Exa. conhece, com muita autoridade, os problemas que vivemos nessa área. A pesquisa feita em Belo Horizonte mostra exatamente o que V. Exa. diz. O governo federal investe 1,1% do seu PIB na saúde. O Brasil está muito aquém dos demais países, meu caro Marques, no investimento em saúde.

O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) – Meu caro Deputado Carlos Mosconi, estamos atentos a seu pronunciamento de boa profundidade e grande conteúdo.

Estávamos hoje, pela manhã, na abertura do 29º Congresso da Associação Mineira dos Municípios, quando ouvimos inúmeros oradores, inclusive o Sr. Paulo Zuilkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, chamando a atenção sobre a questão séria da saúde no Brasil.

Ali foi destacado o problema: 150 países no mundo investem mais em saúde do que o Brasil. A maioria dos países africanos e latinos investem mais do que o Brasil. Essa situação é intolerável. Não é possível, conforme assinalou V. Exa., continuar dessa forma. Quando V. Exa. mostrou que o Brasil investe mais na saúde em 18 Estados do que investe em Minas Gerais, fiquei raciocinando: se o Brasil já investe tão pouco em saúde, onde fica Minas Gerais, que está abaixo do 18º?

Enquanto isso, vemos companheiros preocupados com a questão do Termo de Ajustamento de Gestão - TAG - que o governo assinou com o Tribunal de Contas de Minas Gerais. Hoje, também no Congresso, ouvimos o Presidente da AMM agradecer ao Tribunal de Contas pelo TAG. A Assembleia Legislativa votou a lei aprovando o TAG no final do ano passado. Então, por que só



agora foi feito o TAG? V. Exa. sabe melhor do que nós, exatamente porque na saúde era incluído o saneamento básico, admitido pelo Tribunal de Contas, como também o é pela OMS. Na educação eram incluídos os inativos. Agora o Tribunal de Contas entende que isso já não pode. Não é possível colocar uma guilhotina no pescoço do Estado para que, de uma vez, resolva a questão. Isso vai importar mais de R\$1.000.000.000,00 de acréscimo neste ano, o qual não foi previsto no Orçamento.

Há pouco tempo, conversei com a Secretária Renata Vilhena lá no Congresso, e ela lembrou que, só em saúde, em vez de serem os R\$400.000.000,00, serão R\$700.000.000,00, e mais R\$300.000.000,00 na educação. Vale dizer que o TAG vai fazer com que o Estado invista, ainda este ano, mais R\$700.000.000,00 em saúde e mais R\$300.000.000,00 em educação. Portanto, V. Exa. está inteiramente certo no conteúdo do seu pronunciamento.

O Deputado Carlos Mosconi* - Muito grato, Deputado Bonifácio Mourão. A questão do TAG é tão minuciosa e detalhada que merece um pronunciamento próprio, o que faremos oportunamente.

Caro Presidente, só para encerrar minhas palavras, quero ressaltar que estamos tomando uma atitude para tentar mudar essa situação. É uma iniciativa suprapartidária, nacional, um projeto de lei de iniciativa popular, como foi o da Ficha Limpa. Esse movimento é para levarmos ao Congresso Nacional um milhão e meio de assinaturas. Quero convidar meus pares a participarem dessa campanha para melhorarmos efetivamente a saúde da população brasileira, fazendo com que a União recomponha os seus gastos em saúde, colocando, como previa originalmente a Emenda nº 29, os 10% do seu Orçamento.

Então, Deputado João Leite, a Assembleia pegou para si esse movimento. Estamos fazendo caravanas pelo interior do Estado com enorme sucesso. Iniciamos o movimento aqui no Plenário da Assembleia, depois fomos para Poços de Caldas e vamos percorrer todo o Estado. Está havendo enorme receptividade do povo. Todos têm consciência de que precisamos melhorar a saúde do povo brasileiro, e isso só será possível por meio dessa disposição e manifestação de civismo e patriotismo. O povo brasileiro vai exigir do governo federal que destine os recursos que são de sua obrigação: 10% para contribuir para melhor qualidade da saúde da população brasileira. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Prezado Presidente, Deputado Inácio Franco, permita-me saudar o nosso Presidente, Deputado José Henrique, que, com a chegada do nosso Presidente ao governo de Minas, assumiu a cadeira de Presidente desta Casa. Conversando há pouco com o próprio e com o José Geraldo, Secretário-Geral da Mesa, levantamos uma informação muito importante na vida do Parlamento.

O Deputado José Henrique, com sua história e simplicidade, é o primeiro funcionário do Legislativo a assumir a cadeira de Presidente. Isso é marcante e importante para a história da Casa e nos dá o direito de sonhar cada vez mais, em virtude do exemplo que o nosso Presidente, Deputado José Henrique, nos dá com sua trajetória e vida pública. Quero registrar esse fato marcante para a história do Parlamento mineiro e que muita justiça faz ao nosso Presidente, Deputado José Henrique, que sempre fez por merecê-lo. Quero que faça parte dos anais da Casa esta singela, mas justa homenagem que V. Exa. recebe deste Deputado.

Caro Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nossa gente querida de Minas Gerais, nesta semana diversas pesquisas estão mostrando o cenário nacional, a avaliação da nossa Presidenta, dos Governadores e dos Prefeitos das Capitais brasileiras. Inicialmente, abordarei a aprovação do governo Anastasia. Na mesma semana em que duas importantes pesquisas nacionais apontaram Minas Gerais como o Estado com o melhor e mais inovador modelo de gestão pública do Brasil, outra consulta pública feita aos moradores de Belo Horizonte confirma que um dos idealizadores desse modelo de administração tem sua vida aprovada pelos mineiros. O Governador Anastasia, que era Secretário de Estado no primeiro mandato do Governador Aécio Neves, quando da implantação do modelo de gestão festejado pelo País, teve 51,6% de aprovação, de acordo com a pesquisa do Instituto Sensus. O resultado é ainda mais significativo quando lembramos que a população de Belo Horizonte é mais exigente com seus governantes do que a média nacional. Isso nos chama a atenção. O cidadão belo-horizontino é exigente e dá ao Governador Anastasia mais de 50% de aprovação. Esse eleitorado cobra, sabe cobrar, dá nota e é atuante. O resultado da aprovação da Presidenta Dilma na Capital mineira é 15% menor do que no restante dos Estados brasileiros. Temos visto os esquecimentos e equívocos crescentes do governo federal para com Minas Gerais. Talvez esses 15% a menos que ele teve nesta Capital sirvam para mudar o quadro e fazer reverter a sua negatividade com o nosso eleitorado. Temos em Brasília apenas um Ministro mineiro: o ex-Prefeito Fernando Pimentel. Segundo o que nos dizem, ele seria uma forma de cota pessoal, e não cota de Minas Gerais. Ele não foi convidado para compor o Ministério porque carrega consigo algo de positivo do Estado. Foi uma cota, ou melhor dizendo, uma seleção pessoal.

Por falar na Presidenta, quero registrar que há muitos e muitos anos a Expozebu, de Uberaba, tem o costume de receber o Presidente da República - Lula, Fernando Henrique e Itamar vieram. E quando não puderam comparecer, contamos com a presença dos Vice-Presidentes. Meu caro Presidente, Deputado Inácio Franco, nos dois primeiros anos de mandato, a Presidenta não veio nem enviou o Vice-Presidente. Será que Uberaba, Minas Gerais, Deputados Lerin e Romel, votados na região, não merecem um crédito mínimo da Presidenta?

Será que não merecem os cidadãos de Uberaba, do Triângulo? Em Minas Gerais, na tão conceituada Expozebu, falada em todo o Brasil, há dois anos consecutivos, não temos a presença da Presidente. O pior é que o Vice também não veio, e talvez porque Minas Gerais já não seja tão importante. O fato de dizer que aqui nasceu já dá a ela o direito de ser bem votada no Estado. No entanto 15% dos belo-horizontinos reprovam o governo da Presidente em relação ao resto do País. Ou seja, o belo-horizontino sabe dar valor a quem merece.

Antonio Anastasia tem se mostrado extremamente transparente, aberto e presente como Governador do 2º Estado mais populoso do Brasil. Para quem era conhecido apenas como técnico do choque de gestão, em 2003, ele tem superado todas as expectativas nessa atividade, como também em relação ao seu desempenho como nosso novo líder político. Anastasia também teve reconhecimento nacional em relação ao modelo de gestão pública implantado no Estado, e os moradores de Belo Horizonte lhe conferiram outro louvor: o de ter aprovado o que sempre tentava explicar durante a campanha para a sua reeleição em 2010: "Política moderna é a que alia conhecimento técnico à sensibilidade política". Assim dizia Anastasia, e assim ele o faz.



O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Duarte Bechir. V. Exa., como sempre, é um dos Deputados muito atuantes dentro deste Parlamento, em nossas comissões na Assembleia, visitando também as cidades mineiras e trazendo as demandas de nossa população para o governo do Estado. O seu pronunciamento nos remete a uma reflexão extremamente importante. Essa pesquisa demonstra que, embora com todas as dificuldades financeiras do Estado de Minas Gerais em virtude da crise de 2009, o nosso governo está no trilho do desenvolvimento. A pesquisa mostra também que o nosso querido e estimado Senador Aécio Neves continua sendo o político mais influente na Capital mineira, com 55% do posicionamento dos belo-horizontinos aceitando a influência positiva do Senador Aécio Neves, fruto de muito trabalho, de um comportamento político extremamente relevante à frente do governo do Estado, e tendo como companheiro hoje o Governador Anastasia. Enfim, Aécio Neves e Anastasia apresentaram aos mineiros o novo modelo de gestão, um modelo que apresentou resultados, tendo claramente a aprovação fundamental. Além disso, tanto o Senador Aécio Neves quanto o Governador Anastasia foram reconduzidos, com a aprovação no primeiro turno.

Portanto V. Exa. reafirma, por meio dos dados estatísticos, que o nosso governo vai muito bem. Parabéns ao Governador Anastasia, ao Senador Aécio Neves e a toda a equipe de governo! Que muito em breve continuemos melhorando, atendendo mais à qualidade de vida da população mineira! Parabéns pelo pronunciamento, Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. V. Exa. tem da mesma forma pautado um trabalho de muita distinção no Parlamento mineiro, portanto recebe os nossos cumprimentos.

Seguindo o nosso raciocínio, lia uma obra que continha a indagação de uma pessoa que teria se aproximado de um sábio: “Sábio, não consigo encontrar a felicidade”. O sábio perguntou a essa pessoa o que ela enxergava da vida, se não conseguia ver nada de bom e de belo. Ele respondeu que enxergava apenas aquela casa ali na frente, mas muito perto do seu nariz e não enxergava - como dizíamos lá na roça - um palmo atrás da serra. Não conseguia captar, não conseguia imaginar as coisas boas, não era capaz de ver a imensidão de Minas Gerais. Fazemos divisa com Goiás de um lado, com o Rio de Janeiro do outro, e a imensidão deste Estado vai até lá com São Paulo. Este Estado, que faz divisa com a Bahia, mas que não é capaz de ver, analisar o sentimento do povo do Triângulo, do povo da região Central, do Norte de Minas e do Sul - de onde venho -, não é capaz de analisar como vivem essas pessoas. Isso me faz lembrar de uma música que diz: “Veja como a vida passa. A solidão aumenta, e você só pensa em criticar. Fala mal daqui, fala mal dali, vive a resmungar e a lamentar. Só se realiza quando abre a boca para reclamar”. É uma música brasileira que muitas pessoas cantam.

Digo, ao iniciar minha exposição sobre planejamento e inovação, que Minas Gerais possui a gestão pública mais bem-avaliada do País. Só não enxerga quem não quer.

O choque de gestão, implementado em Minas Gerais desde 2003, vem sendo reconhecidamente um modelo administrativo de extrema eficiência para garantir avanços sociais e desenvolvimento econômico ao Estado. Prova disso é que, em pesquisa realizada pela consultoria Marcoplan, Minas Gerais despontou no primeiro lugar nacional no quesito “profissionalização da gestão pública”. De acordo com o levantamento, o Estado foi citado por 71,4% dos entrevistados. Em segundo lugar, está São Paulo, com 61% e, em terceiro lugar, o Paraná, com 34%.

Muitas pessoas do Brasil recebem as informações, acompanham, e, como disse, os que só pensam em reclamar, lamentar e mesmo resmungar não enxergam. Eles não enxergarão porque o sábio já disse: “porque você enxerga só isso, você nunca achará felicidade”.

Seguindo nosso raciocínio, o destaque de Minas na pesquisa é resultado de um trabalho de planejamento e inovação, desenvolvido pelo nosso Senador e ex-Governador Aécio Neves e pelo Governador Anastasia, que proporcionou a modernização da gestão pública no Estado. “De 2003 para cá, Minas Gerais fez um planejamento que vem sendo cumprido e hoje mostra os resultados. Nós, mineiros, ficamos orgulhosos, vaidosos desse trabalho que hoje o Brasil todo reconhece”, afirma o Deputado Bonifácio Mourão, Líder do nosso Bloco Transparência e Resultado. O parlamentar lembra que, desde o início do governo Aécio, toda a política de gestão do Estado foi articulada de forma a trazer resultados continuados. Foram três etapas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. A primeira foi o choque de gestão. Depois, no segundo mandato de Aécio-Anastasia, veio o Estado para Resultados e, agora, no governo Anastasia, temos a Gestão para a Cidadania. Os resultados desse trabalho pioneiro em Minas já são vistos, reconhecidos e até mesmo copiados por muitos Estados e muitas outras Nações, que querem levar esse modelo. Se perguntarem a alguns, irão apenas criticar, não reconhecerão, não querem conhecer nossa Minas Gerais. Como disse, vá a uma ponta no Triângulo para ver a distância de lá até a região Centro-Oeste do País; vá à divisa com a Bahia para saber o quanto se demora para percorrer do centro até o sul. O Estado é a síntese do Brasil. É claro que temos problemas estruturais, mas é preciso reconhecer o valor de um governo transparente, correto, trabalhador, incansável e que já está sendo copiado. É valoroso para Minas Gerais receber os resultados dessa pesquisa.

Como parlamentar, como atuante nesta Casa, sinto-me agraciado, porque aqui aprovamos, discutimos e levamos ao Governador os anseios dos mineiros, que são contemplados. Prova disso é que Campo Belo receberá, na próxima sexta-feira, o Rômulo Ferraz, Secretário de Defesa Social. O Poder Judiciário, a Prefeitura, os Vereadores, a associação comercial e eu discutiremos a segurança em Campo Belo e região.

Queria deixar registrado ainda, antes de terminar minha fala, caro Presidente – o Deputado Rômulo Viegas até me fez um aparte – o desempenho do Senador Aécio Neves em Belo Horizonte. O Senador é o político que mais consegue votos na Capital, é quem mais tem interferência, quem mais decide, com sua opinião, seu posicionamento, para onde Belo Horizonte deve caminhar. Cinquenta e cinco por cento confiam a Aécio o encaminhamento para o voto, a apresentação de um candidato, porque acreditam que ele é um político correto. Inspirado no trabalho de seu avó e em sua vida política, ele dará a Minas e ao Brasil um novo rumo, uma nova trajetória.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria que ficasse consignado que a última quinta-feira foi o Dia do Taquígrafo, mas nesse dia não foi aberta a reunião. Assim, gostaria que ficasse consignado o nosso reconhecimento aos valorosos servidores da Taquígrafia desta Casa. É um trabalho que nos propicia eternizar as nossas falas e encaminhar os resultados para obtermos aquilo que esperamos fora do Parlamento. Eles são essenciais, vitais ao nosso trabalho. Aos Taquígrafos nossos parabéns pelo seu dia, na quinta-feira. Desejamos-lhes cada vez mais saúde, disposição, pois é um trabalho fundamental para o bem do Parlamento. Parabéns a todos.



* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, V. Exa. ontem alcançou uma grande vitória para sua terra. V. Exa. vem lutando há tanto tempo, especialmente para que tivéssemos em Pará de Minas e região o fortalecimento da polícia investigativa. Ontem, com a sua presença, o governo enviou mais dois Delegados para Pará de Minas, o que deve ter-lhe dado uma grande satisfação. Tudo para que tenhamos investigações, especialmente de algo que tem trazido uma insegurança muito grande não apenas no Estado de Minas Gerais, mas notadamente no Estado de Goiás. Na semana passada, o governo de Goiás decidiu criar uma delegacia especializada contra o furto de gado e de divisas. Ouvimos ontem, com a presença do meu querido companheiro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que representa a Comissão de Segurança Pública nesse tema, que na região de Furnas há muito roubo de gado, que está sendo levado para Franca, Pedregulho, cidades de São Paulo, além do roubo de implementos agrícolas. Nós, das Comissões de Segurança e de Agricultura, estivemos ontem com os Secretários de Agricultura e de Defesa Social tratando justamente dessa matéria. Fomos atendidos, com a presença dos próprios Secretários, nas 18 Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps - do Estado. A ideia é fortalecer, com recursos materiais e humanos, as Risps para combater esse crime.

Tramita na Assembleia Legislativa, ao mesmo tempo, um projeto de lei de minha autoria que deve merecer a contribuição dos parlamentares, especialmente dos que têm tanta experiência no meio rural, para que seja obrigatória a identificação dos implementos agrícolas, dos veículos rurais, tratores e outros, a fim de que a polícia tenha condições de fazer essa fiscalização também nas estradas. O projeto está tramitando. Esperamos contribuição nesse projeto para ampliarmos a segurança dos nossos produtores rurais na garantia de seus bens, especialmente agora que estamos nos aproximando da colheita do café. Temos de estar atentos, especialmente vocês que estão no campo e que dominam bem essa matéria, para alertarmos e cobrarmos permanentemente uma atenção das nossas autoridades policiais a fim de garantir a segurança dos que produzem no campo e são tão importantes para a cidade. Esse é o primeiro tema que me traz à tribuna da Casa.

O outro tema é a satisfação que nós, do PSDB, e eu, como Presidente do partido em Belo Horizonte, tivemos com a pesquisa recente do Instituto Voz Populli, que coloca o Senador Aécio Neves como o político mais influente de Belo Horizonte. É interessante que os números são próximos de 60% e mais 20% para o Governador Anastasia. Então, é uma satisfação para o PSDB.

Quero compartilhar essa alegria com todos os partidos que historicamente apoiam o PSDB, contribuindo com as gestões desse partido no Estado de Minas Gerais, como fizeram com o líder Aécio Neves quando Governador do Estado, e, agora, com o Prof. Anastasia, em seu governo. Isso mostra, líder Romão, que estamos no caminho certo. Temos de cobrar um pouco do Deputado Rômulo Viegas e de outros Deputados os números de outros lugares sobre a aprovação ao Senador Aécio Neves, números que em Belo Horizonte são tão fantásticos, o que demonstra a gratidão – algo fundamental nas relações humanas - desse povo ao Senador. É certo que, quando o Senador Aécio Neves assumiu o governo do Estado, seu olhar se voltou para as regiões mais carentes, e um dos primeiros projetos estruturadores foi o Processo, que alcançou 230 cidades de Minas Gerais a que não tínhamos acesso por asfalto. São números históricos. Mas o Governador não deixou de pensar na Capital e fez essa obra monumental que é a Linha Verde, ligando o Aeroporto de Confins ao Centro da cidade. Com isso, ele uniu e de alguma forma transformou uma região que julgo um dos maiores desafios da cidade.

Nas duas vezes em que fui candidato à Prefeitura, ainda que derrotado, sempre considerei que, dos desafios para a minha cidade, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o maior era o Vetor Norte, tão querido, com os bairros que compõem Venda Nova, uma região histórica de Belo Horizonte. Todos os que militamos em Belo Horizonte víamos o empobrecimento da região de Venda Nova, uma região com histórias maravilhosas, até que vimos a construção da Linha Verde e, especialmente, da Cidade Administrativa. Vendo algumas fotos da Cidade Administrativa, percebi que ela mudou a história da Zona Norte de Belo Horizonte e criou nova expectativa não apenas para Venda Nova, mas também para Ribeirão das Neves, região que recebe pessoas de todo o Estado e que agora tem muito mais possibilidade de geração de emprego e de melhora de vida para as pessoas. A Cidade Administrativa também está na divisa com Vespasiano, onde está o Morro Alto, composto especialmente, Deputado Rômulo Viegas, por belo-horizontinos que foram vítimas nas enchentes da década de 80, perderam suas casas no vale do Arrudas e nos fundos de vale em Belo Horizonte e foram transferidos para lá. Para eles, também foi criada grande expectativa de uma nova vida, com a geração de empregos. Assim, Belo Horizonte não esquece o Senador Aécio Neves, que não realizou só isso. Comemoramos agora a maravilha que ficou o Estádio Independência - que ainda não tive a oportunidade de visitar, mas que já vi pela televisão - e que está ficando o Mineirão.

Só um homem de visão como o Senador Aécio Neves poderia pensar o que pensou para Minas Gerais e para a cidade de Belo Horizonte. Por isso esses números tão alvissareiros, que demonstram a gratidão da população de Belo Horizonte pelo Senador Aécio Neves, que nos governou. Agora, estou cobrando os números de Minas Gerais, Deputado Rômulo Viegas e líder Romão. Queremos saber o que diz Minas Gerais, Líder Bonifácio Mourão e Deputados Glaycon Franco, Doutor Wilson Batista, Dalmo Ribeiro Silva e Célio Moreira, todos sempre tão presentes.

Haverá lá o nosso Hospital Metropolitano do Barreiro, sonho do Deputado Célio Moreira e do nosso querido Senador Aécio Neves. Mas precisamos saber também da gratidão de toda a Minas Gerais, apresentada naquela pesquisa quando o Senador deixou o governo com 94% de aprovação. E junta-se a essa aprovação a gratidão e o reconhecimento de Belo Horizonte pelo trabalho, pelo amor, por tudo que o Senador Aécio Neves fez pela cidade de Belo Horizonte.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Rômulo Viegas, meu irmão.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Muito obrigado, meu irmão, Deputado João Leite. Aliás, ontem pela manhã, participamos de um culto muito interessante na nossa Igreja Batista Central, com o Pastor Paulo Mazoni levando-nos uma mensagem de fé e esperança no nosso Salvador Nosso Senhor Jesus Cristo.

Quero, Deputado João Leite, parabenizá-lo pelo pronunciamento e lembrar que V. Exa., um parlamentar de vários mandatos, com um experiência muito rica na tratativa das questões sociais, foi o Secretário de Desenvolvimento Social do primeiro governo de Aécio Neves. V. Exa. comandou, na época, a Secretaria maior da equipe do então Governador Aécio Neves, tendo sob seu comando a Subsecretaria de Esportes, a Subsecretaria de Direitos Humanos, a Subsecretaria de Trabalho e Assistência Social, que era uma só, e a



Subsecretaria de Políticas sobre Drogas. Naquele momento, V. Exa. participou, portanto, da implementação do programa de governo choque de gestão. Houve momentos difíceis de uma renovação das políticas sociais no Estado. V. Exa. esteve à frente da Política de Assistência Social, naquele momento importante em que se dava destaque à Lei Orgânica da Assistência Social, ao Conselho Nacional de Assistência Social, à implementação e instalação do Centro de Referência de Assistência Social - Cras. O seu trabalho naquela Secretaria praticamente modificou, Deputado João Leite, a questão da política social em Minas Gerais. Portanto, fica aqui, de público, o reconhecimento não só ao Governador Aécio Neves, hoje nosso Senador, e ao Governador Anastasia, mas sobretudo ao trabalho de V. Exa. como primeiro Secretário de Desenvolvimento Social do governo Aécio Neves que melhorou, em muito, o IDH de várias cidades. Em Belo Horizonte, tive oportunidade de acompanhar o trabalho de V. Exa. nas Casas Lares, nas Apaes, e V. Exa. sempre recebendo, com muito carinho, a demanda da política de assistência social. Parabéns pelo pronunciamento. Temos orgulho de ver o governo Anastasia e o Senador Aécio Neves marcarem a história deste Estado.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Imediatamente concedo aparte ao líder Romel, tantos anos representando Minas Gerais, com muita dedicação, na Câmara dos Deputados, companheiro do Senador Aécio Neves. Quero ouvi-lo, com toda a atenção, líder Romel.

O Deputado Romel Anízio (em aparte)* - Caro Líder, Deputado João Leite, nobre colega, nada do que disse V. Exa. sobre o nosso Senador Aécio Neves é novidade para mim. Convivi com ele na Câmara dos Deputados. Foi, sem sombra de dúvidas, um dos melhores Presidentes que passaram por aquela Casa. Isso quem fala não é um mineiro, não é um amigo que sou do Senador Aécio Neves, mas a maioria ou quase a unanimidade de todos os 513 Deputados que com ele lá conviveram durante o seu mandato como Presidente da Câmara dos Deputados. Aécio fez valer a força do Parlamento; trouxe para o Parlamento o respeito de todos, o respeito da imprensa, o respeito da sociedade brasileira; e presidiu aquela Casa como ninguém.

Quando se refere a Minas Gerais, para nós que vivemos no nosso querido Triângulo, costumo dizer que todos nós, aqui, temos a nossa paróquia, e a minha paróquia é o Triângulo.

Havia lá aquele movimento emancipacionista, em que todos queriam, ou pelo menos a maioria bem grande, a separação do Triângulo de Minas Gerais. Coube ao Aécio Neves, como Governador, fazer com que os triangulinos se sentissem como mineiros de verdade e afastar de vez aquele movimento emancipacionista, que realmente foi abolido do Triângulo. Posso dizer a V. Exa., caro líder João Leite, que o Triângulo tem também o mesmo carinho, apreço e respeito pelo Senador Aécio Neves, respeito esse com que a Capital mineira, onde aportam cidadãos de todo o Estado, o aprova, como a maior liderança política da Capital. Muito obrigado, caro Deputado.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, líder Romel.

Por favor, quero ouvir o líder do nosso Sul de Minas, das nossas Minas Gerais, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, pela deferência.

Líder é V. Exa. Parabenizo-o pelo seu pronunciamento, e, ratificando as palavras do Deputado Romel, busco o início do seu depoimento, quando V. Exa. manifesta a belíssima e oportuna audiência realizada ontem, junto à Secretaria de Defesa Social, promovida por V. Exa., presente o Deputado nosso Presidente e os Deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino. Somente na visão do ilustre Deputado João Leite é que nós, com certeza, poderíamos buscar esses entendimentos, numa conversa proativa - os Deputados, os empresários, dois Secretários de Estado. E aproveitamos para discutir o projeto de sua autoria, que tramita nesta Casa, da mais alta importância para todo o Estado de Minas Gerais, que já foi, aliás, aprovado por unanimidade na Comissão de Segurança Pública, que V. Exa. preside.

Devo destacar, caríssimo Deputado, querido João Leite, que hoje a nossa segurança pública, na Comissão, vai muito bem. V. Exa. atento em todos os momentos, de uma visão extraordinária sobre todos os segmentos que procuram e norteiam os anseios motivadores em todos os momentos das nossas audiências públicas, nos requerimentos, principalmente no caso do roubo de gado e de maquinários daqueles mais humildes, cuja discussão V. Exa. pôde conduzir tão bem aqui.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo extraordinário encontro que ontem realizou com dois Secretários, Deputados, com certeza tendo êxito à frente para todos aqueles que aguardam um posicionamento de nossa Comissão. Parabéns.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva e Deputado Inácio Franco, Presidente nesta reunião.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Quero cumprimentar também o público aqui presente e saudar os mineiros e as mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia, em diversas cidades do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna para tratar mais uma vez de um assunto de fundamental importância para o Norte do Estado de Minas Gerais, região onde sou votado e que represento nesta Casa. Quero tratar de um assunto de fundamental importância e do fato de que ainda não estamos tendo as respostas às cobranças que fizemos aqui, neste Plenário.

Por isso volto aqui hoje para tocar novamente nesse assunto, a fim de sensibilizarmos, por meio desta tribuna, os órgãos dos governos estadual e federal para que tomem as devidas providências quanto à seca que assola a nossa região.

Deputado Rogério Correia, os números nos deixam assustados, porque estamos diante da maior seca dos últimos 20 anos. Há cinco meses, não chove em nossa região. Isso em cidades como Espinosa, Monte Azul, Mato Verde, Porteirinha, Gameleira, Montezuma e Manga, ou seja, aquela região mais ao extremo Norte, na divisa com a Bahia, está extremamente castigada pela seca. Para se ter uma ideia, em Espinosa, há 14 carros-pipa do Exército que pegam água a 120km e a levam para as comunidades - aliás, busca-se a água em Porteirinha, a 120km de Espinosa. Todos os dias, por várias e várias vezes, esses caminhões se deslocam, a fim de levar água potável para as comunidades rurais de Espinosa. Imaginem o custo disso. E ocorre também em Monte Azul e em grande parte do Município de Mato Verde, de Porteirinha e de toda aquela região.

Essa história se repete praticamente todos os anos. No entanto, este é um ano em que ocorre um fenômeno de seca diferenciada dos outros anos. Por meio desta tribuna, há aproximadamente 30 dias, tenho solicitado ao governo do Estado uma atenção especial. O

governo federal anunciou uma série de medidas, e a primeira já foi no início deste ano. Por meio de um convênio com a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e Norte de Minas, na qual temos o Deputado Gil Pereira à frente, houve a liberação de aproximadamente R\$150.000.000,00 para a construção de cisternas, 600 sistemas de abastecimento de água e a construção de pequenas barragens. Sabemos que essas são medidas importantes, mas que neste momento são apenas paliativas porque não chegam na velocidade de que as pessoas precisam. Uma coisa é o governo liberar o recurso, e outra, a licitação, a contratação e a efetividade da obra, que sabemos que sempre demora, e as pessoas não podem esperar.

Por isso, Deputado, cobrei aqui uma medida que pode não resolver o problema, mas pode diminuir os prejuízos dos produtores daquela região, a qual é de extrema importância e precisa ser feita agora. Não adianta tomarmos essa medida que solicito nos meses de julho e setembro, porque não terá eficácia alguma. Na verdade, ela precisa ser tomada agora pelo governo, pois o gado ainda está no ponto de venda. Estamos solicitando à equipe econômica do governo de Minas que faça a isenção total do ICMS da venda do gado dos Municípios atingidos pela seca, com estado de emergência e calamidade pública já reconhecido pela Defesa Civil. É preciso que, nesses Municípios, a venda do gado seja isentada do ICMS para que os produtores possam desfazer os seus rebanhos e não tenham prejuízo. Além disso, assim que a normalidade voltar, ou seja, voltar a chover na região, que ele possa comprar novamente e recompor o seu rebanho. Essa medida tem de ser tomada agora. Se o governo, às vezes, cochila e não escuta esta tribuna, o que acontece? Vai tomar essa medida nos meses de agosto e setembro, quando o gado já estará magro, e o prejuízo, incalculável. Ninguém vai querer comprar gado magro. O gado ainda tem carne e está no ponto de ser vendido, por isso o governo precisa tomar essa medida agora, como aconteceu em 2007. Mas naquela época o governo demorou e só retirou o ICMS em 2008. Então já não teve efeito. Tudo acontece atrasado, por isso insistiremos nisso daqui desta tribuna. Hoje solicitei uma audiência, e seremos recebidos, às 17 horas, pelo Sr. Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura.

Convido os Deputados votados no Norte de Minas a acompanhar-me nessa audiência para sensibilizarmos o Secretário, a equipe econômica do governo do Estado e o Governador Anastasia, a fim de que tome essa medida imediatamente, porque se trata de uma medida inteligente. Se o governo não fizer isso agora, o gado vai perder peso e não vai ter como ser vendido em agosto e setembro.

Aliás, mais do que isso, os dados da Emater, Deputado Rogério Correia, confirmam que, se essa medida não for tomada, perderemos mais de um milhão de cabeças de gado no Norte de Minas, porque morrerão de fome e sede. Aí, o prejuízo para o governo será muito maior, porque ele deixará de arrecadar por não assistir à região, que terá um prejuízo incalculável. Quando uma região tem um prejuízo desse tamanho, todos saem perdendo, até o governo, com a arrecadação de impostos.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, gostaria de parabenizá-lo pela sua luta no Norte de Minas. Também conheço muito bem a região porque já trabalhei com V. Exa. quando era Vereador em Manga e eu em Belo Horizonte. Portanto, conheço a sua luta desde aqueles tempos, ainda na juventude do PT em Manga, e pude ver a garra com que V. Exa. defende o Norte mineiro. Por isso, nas últimas eleições foi o Deputado mais votado no Norte e o mais votado da Bancada do PT, com uma votação espetacular, pelo trabalho que realiza e a garra com que defende o Norte mineiro. O Deputado conhece como ninguém os rincões do Norte, o nosso sertão e o nosso sertanejo.

Essa ideia, Deputado Paulo Guedes, que V. Exa. expôs aqui é simples, mas pode ajudar, e muito, neste momento de seca. Sei que a seca, há cinco meses sem uma gota d'água nessa região, é dura. Portanto, precisamos de ações governamentais. V. Exa. lembrou que o governo federal já fez anúncios relacionados a essa estiagem e até tomou medidas preventivas. Aliás, vem tomando medidas - estive à frente do Ministério do Movimento Agrário - não apenas para o Norte de Minas, como também para o Nordeste, o que tem melhorado a situação dos pequenos produtores. Mas, infelizmente, não vemos medidas do governo do Estado em relação a isso.

Além de reforçar essa ideia do ICMS de V. Exa., também gostaria de fazer uma sugestão. Convide o Governador a ir até lá. Ele já esteve lá, Deputado Paulo Guedes? Durante esses cinco meses em que não cai uma gota d'água, o Governador esteve visitando algumas dessas cidades atingidas? Foi verificar a realidade da seca? Não vi anunciarem que o Governador tivesse ido lá para isso. Então, solicito a V. Exa. que aproveite e convide o Governador a ir lá. Pode ser que ele se sensibilize. Não vi o Governador falar sobre isso nem ir ao Norte de Minas para verificar essa questão. Então, convide o Governador a ir lá com V. Exa. e mostre a ele os efeitos da seca. Quem sabe conhecendo ele passe a ver com outros olhos essa necessidade?

Verifique também se algum Senador acompanha V. Exa., o Senador que foi tão votado lá. Que ele se desloque do Rio de Janeiro, de Brasília e vá ao Norte de Minas nesse período de seca, para também sensibilizar o Congresso Nacional, o Senado. V. Exa. poderia aproveitar esta oportunidade para sensibilizar o governo. Talvez isso seja a solução, porque até agora não houve nada. O que vemos é que o governo do Estado até agora não fez absolutamente nada, é como se não tivesse nada a ver com o problema de estiagem no Norte de Minas. Agora mesmo vão dizer que o problema da seca é porque não há uma lei federal que faça chover, que a Dilma não editou medida provisória para chover. Aí vão dizer que a culpa é da Dilma. O governo do Estado é assim: se há problema no Estado, finge que não é com ele. Assim, faz TAGs para não respeitar a Constituição, para tirar dinheiro da saúde e da educação. Além da sugestão de V. Exa., a minha sugestão é que faça um convite ao Governador para ver se ele vai com V. Exa. ao Norte de Minas. Quem sabe vendo a situação ele se sensibilize? Talvez essa seja a única solução. Então, deixo essa sugestão, para V. Exa. convidá-lo.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. O convite está feito ao Governador. Espero ser recebido hoje porque o Deputado Dinis está como Governador interino e tenho certeza de que nos receberá. De qualquer forma, daqui da tribuna ou se tiver a oportunidade de ser recebido, levarei esse convite a ele para que repasse ao Governador, quando este chegar do exterior.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, hoje é aniversário do Presidente desta Casa. Temos aqui o Deputado José Henrique e agora o nosso amigo que preside os trabalhos, mas percebo que hoje poderemos cumprimentar, pois é o aniversário do Deputado Dinis. Às 17 horas, os Deputados irão ao gabinete do Governador parabenizá-lo, e tenho certeza de que será uma grande oportunidade para apresentarmos essa proposta.

Quero dizer, Deputado Paulo, que na Comissão de Agricultura estamos realmente muito preocupados com a estiagem do Norte. Aliás, o Secretário Elmiro me dizia que precisava tomar algumas medidas, pois estava realmente muito preocupado. Percebo que essa



proposta da bancada do Norte para que haja medidas paliativas para ajudar o homem do campo, os produtores, para que não deixem o gado morrer, pois a estiagem tem prejudicado, é de toda a Assembleia.

Deputado Paulo, espero que a maioria esmagadora dos Deputados venha a aderir a essa proposta de tirar o ICMS. Tenho certeza de que essa medida é temporária, mas ajudará e colaborará para que as pessoas ligadas à agricultura familiar, os produtores não venham a perder mais do que já têm perdido. A estiagem tem causado muito sofrimento. Falta água, e a seca, de tempo em tempo, tem prejudicado. É preciso termos políticas para enfrentar essa dificuldade.

Percebemos que o homem do campo já enfrenta roubo de gado. O Deputado João Leite falou há pouco, em um trabalho da nossa Comissão, sobre o roubo; estamos muito preocupados também com isso. Eles levam maquinaria, passam nas estradas e não são fiscalizados. É preciso fiscalizar, é preciso cuidar. O homem do campo, que produz a riqueza e a comida para todo o País, sofre bastante, tem uma grande dificuldade.

Então, tenho certeza de que uma medida propositiva como essa, que parte de um Deputado como Paulo Guedes, que é sensível, trabalhador e contribui com boas ideias, terá apoio por parte do Secretário Elmiro, que também é produtor e conhece a realidade da agricultura em Minas, até mesmo a dos produtores de café. Com essa proposta, V. Exa. irá colaborar.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputada Liza Prado, que já conhece muito bem o Norte de Minas. Só neste ano a Deputada Liza esteve comigo por quatro vezes no Norte de Minas. Só em Manga e em Janaúba ela esteve por duas vezes e tem conhecido de perto a realidade, tem-nos ajudado a resolver muitos problemas, como, por exemplo, a questão das balsas de travessia do Rio São Francisco em Manga.

Mas, Deputado João Leite, apelo a toda a Casa para nos unirmos nesse assunto. Não se trata de assunto para fazermos disputa política. A seca está acontecendo e prejudica a todos. Devemos cobrar, sim, do governo do Estado e do governo federal, de todos os órgãos, para cada um arcar com a sua responsabilidade. E quando venho cobrar do governo do Estado a isenção do ICMS, é porque é uma medida que, se for tomada agora, neste momento em que o gado está gordo e pode ser vendido até mesmo para outros Estados e para frigoríficos, o produtor não terá prejuízo. Ele se capitalizará e se preparará para, quando a normalidade voltar, ter capital para repor seu rebanho e seguir sua vida sem maiores danos. Se isso não acontecer, aí, sim, o Estado será prejudicado. Não há capim nem água, e esse gado acabará morrendo de fome. Perderá o seu valor de mercado, e, com isso, perderão a região, o produtor, o agricultor familiar e o Estado como um todo. A região, que já é carente de recursos, de investimentos, sairá mais uma vez prejudicada.

Por isso peço, Sr. Presidente, a sua atenção e a sua ajuda porque esse assunto, de fato, deve unir a Casa. Nós, como Deputado votado e majoritário no Norte de Minas, temos essa atribuição, de fazer essa frente de cobranças para sensibilizar esta Casa e, mais do que isso, sensibilizar a equipe econômica do governo. Não pode passar deste mês. Essa medida deve ser tomada agora, porque, se for anunciada em julho, agosto ou setembro, talvez não tenha efeito, porque o gado já terá perdido peso, e os produtores ficarão no prejuízo, assim como o Norte de Minas também ficará prejudicado. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 7/5/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Fred Costa

exonerando Delma Aparecida Botelho Alves Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas; nomeando José Mario Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 14/5/2012, Cristiane Alves Sabino Silva do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro;

exonerando, a partir de 14/5/2012, Júlia Duarte César do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

exonerando, a partir de 14/5/2012, Lucas Diego Santana de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Cristiane Alves Sabino Silva para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro;

nomeando Júlia Duarte César para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

nomeando Lucas Diego Santana de Lima para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 033/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 10h30min do dia 28/5/2012, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade o fornecimento de material fotográfico.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de maio de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 10/5/2012, na pág. 42, sob o título “Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira”, onde se lê:

“Alandir Patricia Lucas”, leia-se:

“Alandir Patricio Luccas”.